

# IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

**A proteção jurídica relacionada às pessoas neurodivergentes dentro do Estado Democrático de Direito.**

**Instituição:** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**Área temática:** Direito

**ASATO**, Sofia M. R.<sup>1</sup> ([08703733157@academicos.uems.br](mailto:08703733157@academicos.uems.br)); **DURAN**, Camila M. A.<sup>2</sup> ([34963635844@academicos.uems.br](mailto:34963635844@academicos.uems.br)); **LIMA**, Amanda N.<sup>3</sup> ([07862532155@academicos.uems.br](mailto:07862532155@academicos.uems.br)); **LIMA**, Laura N.<sup>4</sup> ([07862511158@academicos.uems.br](mailto:07862511158@academicos.uems.br)); **SILVA**, Flávia C.<sup>5</sup> ([05896114109@academicos.uems.br](mailto:05896114109@academicos.uems.br)); **SUNAKOZAWA**, Lúcio F.<sup>6</sup> ([professor.lucioflavio@gmail.com](mailto:professor.lucioflavio@gmail.com)).

<sup>1</sup> – Discente do curso de Direito da UEMS - Jardim;

<sup>2</sup> – Discente do curso de Direito da UEMS - Jardim;

<sup>3</sup> – Discente do curso de Direito da UEMS - Jardim;

<sup>4</sup> – Discente do curso de Direito da UEMS - Jardim;

<sup>5</sup> – Discente do curso de Direito da UEMS - Jardim;

<sup>6</sup> – Docente do curso de Direito da UEMS - Jardim.

Com o avanço tecnológico nos campos de estudos acerca da mentalidade humana, é perceptível a evolução dos diagnósticos de transtornos mentais e outras psicopatologias, assim como seus tratamentos e melhoria de vida privada e social. Contudo, a sociedade está, de fato, preparada para lidar com esse grupo de pessoas? A fim de responder a essa questão, o trabalho se pauta em uma pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica e documental, cuja análise refere-se à maneira que esta categoria está inserida no corpo social e suas dificuldades enfrentadas diante deste convívio, tal qual o respaldo legal que a ampara. O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante; no entanto, é comum observar o estranhamento da comunidade diante de pessoas portadoras de deficiências ou transtornos mentais, apesar das normas legais assegurarem e promoverem os direitos e liberdades das pessoas com deficiência, elas são vítimas de estigmatização, preconceito e discriminação em seu dia a dia, gerando ou agravando seu sofrimento mental. A segregação dessa parcela da população necessita de combate, cabendo ao meio social se conscientizar, através de órgãos especializados, com a disseminação de informações genuínas e criação de espaços seguros, focando nas capacidades e não nas limitações dos cidadãos a fim de possibilitar a inclusão social a todos. Dessa forma, o projeto buscou investigar as reações da sociedade diante de pessoas portadoras de transtornos ou doenças mentais, especialmente em momentos de crise, de modo que seja possível concluir se a proteção legal se aplica ou não à prática do dia a dia. Sendo assim, nos aspectos relacionados à saúde mental é fundamental o requerimento à regulação devida da causa apresentada, levando em conta que o acesso a este meio é pouco credibilizado quando observado comumente no cotidiano de indivíduos que não possuem suporte necessário e, além disso, expostas ao problema sem meios acessíveis ao buscar ajuda; dessa forma, ao ligar o problema às pessoas com deficiência, torna-se grave o detrato nestes ambientes, sendo essenciais maneiras de acessibilidade relacionadas ao serviço de saúde e atenção primordial a fim de assegurar o fortalecimento mental e autenticidade destas pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** proteção legal, saúde mental, estigmatização.

**AGRADECIMENTOS:** Agradecemos à UEMS pela organização do evento e pela oportunidade de podermos participar, assim como o apoio do Prof. Dr. Lúcio Flávio na organização do material.